

O DIAGNÓSTICO SOBRE O BRASIL: OLIVEIRA VIANNA E A SUA PRIMEIRA GRANDE CONTRIBUIÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Felipe Fontana¹

INTRODUÇÃO

Francisco José de Oliveira Viana nasceu na localidade de Rio Seco de Saquarema – RJ em 20 de junho de 1883 e faleceu em Niterói – RJ no dia 28 de março de 1951 (TÔRRES, 1956, p. 9). Dentre os vários cargos ocupados pelo intelectual brasileiro e as inúmeras atividades e funções desenvolvidas por ele podemos destacar como mais relevantes as seguintes atribuições: catedrático; pensador e escritor brasileiro; jurista e consultor jurídico; e, por fim, imortal da Academia Brasileira de Letras. Levando em consideração sua trajetória, verificamos que ele se bacharelou em Direito em 1906 na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Após a sua formação, o intelectual fluminense ingressou como catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, em Niterói (TÔRRES, 1956, p. 31). Como jurista, ele se especializou em Direito Trabalhista e contribuiu como consultor jurídico no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio durante o Primeiro Governo Vargas (1932-1940) para a consolidação das nossas primeiras leis trabalhistas e para a edificação de uma gama significativa de direitos do trabalho. Em 1940, o intelectual brasileiro se tornou ministro do Tribunal de Contas da União (TÔRRES, 1956, p. 101).

Como podemos notar, Oliveira Vianna foi um importante representante da *intelligentsia* brasileira no período em que viveu e construiu o seu legado intelectual; além das atribuições supracitadas, ele também integrou o corpo efetivo de membros e pesquisadores de distintas instituições e organizações, são elas: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres do Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará; a Academia Fluminense de Letras; a Sociétés des Américanistes, Paris; o Instituto Internacional de Antropologia; a Academia de História de Portugal; a Academia Dominicana de História; e, por fim, a Sociedade de Antropologia e Etnologia do Porto (TÔRRES, 1956, p. 77). Em meio as suas inúmeras e importantes obras destacam-se os seguintes trabalhos: *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1921), *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República* (1922), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923), *O Ocaso do Império* (1925), *O Idealismo da Constituição* (1927), *Problemas de Política Objetiva*

¹ Felipe Fontana é Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM) e, atualmente, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPG-Pol/UFSCar).

(1930), *Raça e Assimilação* (1932), *Problemas do Direito Corporativo* (1938) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949). Além de uma produção bibliográfica extremamente fecunda que ficou corporificada e concretizada em inúmeros livros, Oliveira Vianna também publicou muitos artigos em revistas, periódicos e jornais durante a sua trajetória intelectual:

Como escritor, mais tarde consagrado ocupando uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, Oliveira Vianna publicou os seus primeiros artigos no jornal “A Ordem”, de Saquarema. Já em 1908, estava freqüentando em Niterói as colunas do “Diário Fluminense” e de “A Capital”. [...] Em seguida, por intermédio de seu amigo Alcindo Guanabara passou a assinar as colunas da “Revista da Semana” e de “A Imprensa”. Depois, levado por Plínio Barreto e Abner Mourão passou a colaborar no “Correio Paulistano”. E no correr dos anos seguintes até a sua morte, foi colunista de “A Manhã” (enquanto este matutino esteve sob a direção de Cassiano Ricardo) e do “Jornal do Comércio”, mais tarde, do “O País”, da “Revista do Brasil” (sob a direção de Monteiro Lobato), do “Correio da Manhã”, de “O Estado de São Paulo”, da “Revista de Estudos Jurídicos” e de outros órgãos de imprensa (CASA DE OLIVEIRA VIANNA, 2014, p. 2-3).

Em termos pessoais, podemos destacar que Oliveira Vianna era um indivíduo tímido, com hábitos simples e avesso a grandes exhibições e ostentações, hipostasiando e priorizando assim, um profundo comprometimento com o conhecimento e com a tarefa de modernizar o Brasil (TÔRRES, 1956, p. 117). Segundo a *Pequena Biografia de Oliveira Vianna*, disponível no site do *Museu Casa de Oliveira Vianna*, notamos:

Além da importância de sua obra, amigos e inimigos, como bem destaca José Murilo de Carvalho, todos coincidem em afirmar que Oliveira Vianna era uma figura íntegra, totalmente dedicada ao trabalho e aos livros: nunca buscou posições de poder. De hábitos quase monásticos, fugia do brilho das exhibições públicas, não aceitava convites para conferências, recusava empregos, como o de juiz do Supremo Tribunal Federal e os convites para lecionar nas universidades norte-americanas, não freqüentava os bastidores do poder, rodas literárias, antecâmaras dos palácios. Do convívio com o poder e da amizade com Getúlio Vargas, nunca tirou disto proveito em benefício pessoal, geralmente era “incomodado” pelo Presidente para troca de idéias. Foi aquilo que acusava os brasileiros de não serem: um homem público, um repúblico, posto que a sua maneira, como escreveu o seu biógrafo Vasconcelos Tôrres (CASA DE OLIVEIRA VIANNA, 2014, p. 3).

Selecionando um momento da História do Brasil que compreenda parte dos anos vividos por Oliveira Vianna, notamos que ele foi antecedido e presenciou importantes acontecimentos vinculados à trajetória da nação brasileira: Primeira República – 1889-1930; O Primeiro Governo Vargas (A Revolução de 1930 e o Governo Provisório, O Período Constitucional e O Estado Novo) – 1930-1945; e o Início da República Nova – que pode ser temporalmente classificada entre os anos de

1945 e 1964. Oliveira Vianna vivenciou um período da história brasileira de grandes e relevantes mudanças sociais, políticas e econômicas para nosso país².

Em meio a estes momentos de nossa história que foram vivenciados por Oliveira Vianna é interessante notar que o intelectual brasileiro considerava o Estado Novo como um momento de fundamental importância para desenvolver e modernizar o país; ou seja, um momento propício para romper com as amarras coloniais que impediam nossa modernização através de uma ação interventora guiada por um Estado Forte e Centralizado (uma ação efetiva do Estado capaz de romper com as oligarquias locais e regionais existentes no Brasil que, por sua vez, foram extremamente atuantes e imponderadas durante a Primeira República Brasileira – 1889-1930). Todavia, em termos de diagnóstico acerca daquilo que somos como um povo, o pensador fluminense considerou e analisou em suas obras a História do Brasil como um todo. Nesse sentido, entender o Brasil através dos olhos de Oliveira Vianna é apreender, antes de tudo, nossas especificidades sociais, políticas, culturais e econômicas determinadas pela Experiência Colonial, pelo Legado Monárquico e pelo Período Republicano que, dentre outros aspectos, perpassaram e profundamente influíram na formação do povo brasileiro e na constituição de nossas instituições políticas.

Dessa forma, tendo como pano de fundo a trajetória de Oliveira Vianna e o momento social e político do Brasil no qual ele cunhou as suas principais idéias, em especial aquelas imersas em seu primeiro grande estudo, *Populações Meridionais do Brasil* (1920), propomos a realização de artigo que verse sobre uma das contribuições do intelectual niteroiense à Ciência Política Brasileira. Sem o intuito de esgotar todos os temas investigados pelo autor ou de estabelecer rígidas leituras e definições acerca

² Entre os anos de 1930 e 1945, por exemplo, podemos averiguar profundas mudanças e transformações experimentadas pelo Brasil. Durante o Primeiro Governo Vargas, mesmo diante da centralização exacerbada do poder exercida por Getúlio Vargas e a utilização de medidas consideradas antidemocráticas, a Era Vargas legou ao Brasil importantes avanços, principalmente quando pensamos a construção de um Brasil contemporâneo e moderno. É inegável que, ao passo que dismantelava poderes municipais e estaduais e fortalecia o governo central, o Presidente enfraquecia em demasia as oligarquias locais existentes no Brasil (os quais, é importante lembrar, detinham todo o poder econômico e político de nosso país durante a Primeira República – 1889-1930 – e, por conta disso, dominaram o aparelho estatal e nossas instituições políticas). Na medida em que colocava o Estado como o principal propulsor do desenvolvimento econômico e industrial, o Governo Vargas promoveu no Brasil um crescimento econômico importantíssimo (a criação da Companhia Nacional de Siderurgia, da Petrobrás, do Projeto da Eletrobrás e da Vale do Rio Doce são exemplos de esforços que projetaram a economia e a indústria brasileira nesse período). Além disso, o sufrágio universal e a consolidação de importantes leis trabalhistas são exemplos de avanços no âmbito dos direitos sociais e políticos alcançados no primeiro período em que Getúlio Vargas esteve no poder. Essa mescla entre ações e intervenções caracterizadas correntemente de antidemocráticas de um lado, e conquistas sociais, políticas e econômicas de outro durante o Primeiro Governo Vargas é problematizada por Lourdes Sola no texto *O Golpe de 37 e o Estado Novo*; segundo a autora, notamos: “As características contraditórias do Estado Novo, combinando aspectos progressistas, como o impulso à industrialização, e conservadores, como a repressão aos movimentos de esquerda, e a utilização de técnicas de propaganda e coerção, apoiado nos grupos militares, integrou elementos típicos (ao lado de outros, sem dúvida, conjunturais), bastante comuns na evolução dos países subdesenvolvidos” (SOLA, 1968, p. 282).

do conjunto de sua obra, exporemos a interpretação de Oliveira Vianna sobre a formação da sociedade brasileira almejando dimensionar o espaço, o papel e a relevância de suas posições acerca desse relevante tema imerso em vários estudos clássicos de nosso Pensamento Político. De modo geral, essa investigação contribui para o enriquecimento do debate hoje estabelecido sobre as nuances da primeira fase do pensamento vianniano.

A INTERPRETAÇÃO DE OLIVEIRA VIANNA SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL E OS APORTES DESTA AO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Populações Meridionais do Brasil (1920) é o estudo clássico de Oliveira Vianna que claramente possui a intenção de edificar uma interpretação acerca da formação da sociedade brasileira e, conseqüentemente, dos caracteres que nos marcaram indelevelmente como um povo *sui generis*. Nesta obra, o autor busca no Brasil Colônia as raízes e as razões pelas quais somos incapazes de atuar de maneira impessoal no espaço público. Além disso, vemos neste estudo uma das primeiras utilizações da noção de patriarcalismo no Brasil, concepção esta que perpassou e ainda perpassa uma série de estudos brasileiros que buscam compreender a nossa formação, nossas especificidades como povo e as peculiaridades de nossa vida pública.

Um traço marcante do raciocínio de Oliveira Vianna nessa obra é a necessidade de explicar o Brasil não só por dimensões culturais, sociais e políticas. Para o autor, é relevante compreender o povo brasileiro considerando a terra, a natureza, a morfologia e a geografia do espaço no qual ele habitou e se constituiu. Com as palavras do cientista brasileiro notamos o quão coercitiva foram as determinações morfológicas e geográficas no desenvolvimento de nossa sociedade e, principalmente, na formação de um tipo individual que carrega consigo marcas profundas. Em relação a esta posição analítica do autor, notamos claramente que Oliveira Vianna procurou atrelar a antropogeografia e a morfologia social aos seus estudos, para assim, compreender a formação do Brasil, de seu povo, de suas instituições e de sua cultura social e política.

Expondo sua leitura acerca da construção da sociedade brasileira, Oliveira Vianna revela: “De um modo geral, contemplando em conjunto a nossa vasta sociedade rural, o traço mais impressionante a fixar, e que nos fere mais de pronto a retina, é a desmedida amplitude territorial dos domínios agrícolas e pastoris” (VIANNA, 1938, p. 147). A análise do Brasil Colônia feita pelo sociólogo brasileiro nos ajuda a perceber uma relação de continuidade existente entre as formas morfológicas brasileiras e o tipo de atividade econômica presente na colônia: “Essa excessiva latitude dos domínios rurais é, em parte, imposta pela natureza das culturas. O pastoreio, a lavoura de cana e a lavoura de café exigem, para serem eficientes,

grandes extensões de terrenos” (VIANNA, 1938, p. 148). Dessa forma, para o autor, cria-se no Brasil um tipo específico de sociedade, a qual tem como eixo condutor o latifúndio: “Dispersos e isolados na sua desmedida enormidade territorial, os domínios fazendeiros são forçados a viver por si mesmos, de si mesmos e para si mesmos” (VIANNA, 1938, p. 150). A questão do latifúndio é central no pensamento de Vianna, tanto que em *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) o autor retoma esta temática, ressaltando o quanto a distribuição de terras em sesmarias nos inclinou a um antiurbanismo. Nesse sentido, pode-se dizer, de acordo com o pensador fluminense, que o absenteísmo urbano integrado à lógica da formação social brasileira é pautado, sobretudo, na função simplificadora do latifúndio, ou ainda, na força centrípeta por exercida.

No Brasil Colonial, segundo Oliveira Vianna, houve uma autonomia exagerada do latifúndio que, por sua vez, impediu que o país caminhasse rumo à urbanização, modernidade. Aqui, em um dado momento da colonização a retirada de riquezas feita pela Metrópole era efetivada através da exploração da terra, dessa maneira, os investimentos nacionais ligavam-se exclusivamente com o desenvolvimento dos latifúndios e das atividades rurais. Adicionado a isso, verifica-se que o latifúndio não exigia redes complexas de indústrias, de produção e de transportes: tudo que se precisasse para a manutenção da vida e para a atividade agrícola era produzido no interior dos latifúndios. Assim, a sociedade colonial brasileira é caracterizada por ter profundas raízes rurais, as quais dificultaram fortemente a edificação de nossos conglomerados citadinos, zonas urbanas ou cidades. Desta forma, adverti-nos o autor, os grupos sociais presentes nas cidades estariam presos ao poder dos latifundiários, não possuindo assim, um “espírito corporativo”, o que constitui uma problemática, pois, não houve em nosso país a construção de corporações com uma “solidariedade moral³”.

Através das citações supracitadas, notamos que o intelectual brasileiro mostra que a morfologia territorial do Brasil conduziu a um tipo de economia específica da colônia, a qual provocou um não desenvolvimento da zona urbana. Dessa maneira, o autor evidenciou que os grupos sociais presentes nas cidades eram presos ao poder dos latifundiários, não possuindo assim, um “espírito corporativo”, o que é extremamente deficiente, pois, não há a constituição de corporações com uma “solidariedade moral”. “Espírito corporativo” e “solidariedade moral” são duas

³ Através de uma fala do intelectual fluminense, podemos perceber a especificidade social e cultural de nossas zonas urbanas no Brasil colônia: “Villas, aldeias, arraiaes, todas não passam, ainda agora, de aglomerações humanas em estagnação, e mortíferas (VIANNA, 1938, p. 159)”. E continua, “[...] as classes urbanas não gosam aqui nenhum credito – e só a classe rural tem importância. Deante dos grandes latifundiários não se erguem nunca como organizações autônomas e influentes: ao contrario, ficam sempre na dependência delles. Não exercem, nem podem exercer aqui, a função superior que exerceram, deante de olygarchia feudal, as communes medievaes. Falta-lhes para isto o espirito corporativo, que não chega a formar-se. São meros conglomeratos, sem entrelaçamentos de interesses e sem solidariedade moral [...]” (VIANNA, 1938, p. 159).

características ausentes da população inerente ao Brasil Colônia. Segundo o pensador brasileiro, os domínios rurais, conformados em suas autossuficiências, limitaram nosso caminho rumo à modernidade, fazendo com que se girasse aos seus redores todo o sentido do Brasil Colônia. Através desse diagnóstico, Oliveira Vianna, posteriormente, desenvolve nesta mesma obra algumas explicações sobre aquilo que nos caracteriza, dentre elas, destaca-se a simbiose clássica na qual está fundado o Brasil: a *indistinção entre o público e o privado*. Obviamente, a caracterização morfológica do Brasil Colonial não é suficiente para explicar a criação deste paradigma clássico, afinal, paralelamente a esta caracterização o intelectual articula os conceitos de *patriarcalismo* e de *espírito de clã* para construir tal núcleo analítico. Contudo, não é possível compreender efetivamente essa *indistinção entre o público e o privado* sem considerar a caracterização morfológica de nossa colônia tal como é apresentada por Oliveira Vianna.

Em *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna constata que no Brasil Colônia não há uma instituição capaz de proteger os direitos coletivos em detrimento de dados agrupamentos sociais: “O homem que não tem terras, nem escravos, nem capangas, nem fortunas, nem prestígio sente-se aqui, praticamente, fóra da lei. Nada o ampara. Nenhuma instituição, nem nas leis, nem na sociedade, nem na família existe para a sua defesa” (VIANNA, 1938, p. 201). Segundo o autor, os homens que possuem uma instituição capaz de resguardar seus direitos “são, por isso, autônomos. São, por isso, livres. Sob a ação permanente dessa confiança interior, o caracter se abdura, se consolida, se crystalisa e adquire a infragibilidade do granito ou do ferro” (VIANNA, 1938, p. 201). A autossuficiência dos latifúndios gerou uma série de problemas para o desenvolvimento do país. Nesse espaço, a aplicabilidade das leis era feita pelo Senhor de Terras, dono do latifúndio e patriarca. Reside nesse diagnóstico do intelectual fluminense a afirmação de que na sociedade colonial brasileira a obediência era dirigida exclusivamente ao Líder Local, e não às poucas instituições políticas existentes, aos líderes do poder central e aos homens da lei ligados a nossa vida pública:

O povo brasileiro só organiza aquela solidariedade que lhe era estritamente necessária e útil: – a solidariedade do clã rural em torno do grande senhor de terras. Todas essas outras formas de solidariedade social e política – os ‘partidos’, as ‘seitas’, as ‘corporações’, os ‘sindicatos’, as ‘associações’ (...) – são, entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo (VIANNA, 2005, p. 345).

Tal diagnóstico de Oliveira Vianna é relevante para entendermos aquilo que o autor denomina como *espírito de clã*. Tal conceito sintetiza um modo de agir por parte dos brasileiros que está diretamente vinculado à idéia de uma desobediência para com as leis e regimentos inerentes à vida pública em detrimento de relações de compadrio oriundas dos anseios particulares e dos interesses ligados à vida privada:

O regime de clã, como base da nossa organização social, é um fato inevitável entre nós, como se vê, dada a inexistência, ou a insuficiência de instituições sociais tutelares e a extrema miserabilidade de nossas classes inferiores (...). O espírito de clã torna-se assim um dos atributos mais característicos das nossas classes populares (...). O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe [...] (VIANNA, 2005, p. 225-226).

Nota-se aí, dentro do pensamento de Oliveira Vianna, importantes pistas para o entendimento da simbiose clássica que nos define, a indistinção entre a vida pública e a vida privada. Para o intelectual brasileiro, o espírito de clã só se constituiu graças ao desmedido poder exercido pelo senhor de terras e patriarca no interior dos latifúndios. Levando isso em consideração, o intelectual fluminense expõe e explica como se constituiu o exacerbado poder do Senhor de Terras. E é nesse momento que ele articula aos seus escritos em *Populações Meridionais do Brasil* o conceito de patriarcalismo. Tal conceito tem o objetivo de explicar a formação familiar que predominou no Brasil Colônia. Segundo o pensador niteroiense, Em *História Social da Economia Capitalista no Brasil* (1952) – obra na qual Oliveira Vianna retoma importantes questões de seu primeiro e mais relevante estudo – o autor nota que tal traço marcante da cultura brasileira é recorrente e visivelmente perceptível em nossa nação⁴:

O patriarcalismo pan-agrário do período colonial e imperial ainda está muito entranhado na mentalidade do homem paulista, para que pudesse ser eliminado por uma simples ação seletiva destes apenas trinta anos de supercapitalismo industrial, ainda sem grande generalização, nem penetração. – Estes velhos traços pré-capitalistas subsistem visivelmente neste grande centro do nosso industrialismo, que é São Paulo (VIANNA, 1987b, p. 138).

Oliveira Vianna, de fato, não foi o primeiro autor a usar esse conceito para compreender o Brasil. Joaquim Nabuco, por exemplo, já fazia algumas alusões a esta noção. No entanto, o patriarcalismo tal como foi utilizado pelo pensador niteroiense revelou algumas conclusões a respeito do Brasil e de sua formação diferenciados. Interessantemente, vemos em nosso Pensamento Político posterior aos anos trinta a

⁴ Oliveira Vianna, já em *Populações Meridionais do Brasil* (1920), expõe uma definição bem acabada do poder patriarcal durante o período colonial. Para ele, tal poder tem uma presença marcante em nossos caracteres como povo: “Na alta classe rural, o contrário. É imensa a ação educadora do pater-famílias sobre os filhos, parentes e agregados, adstritos ao seu poder. É o pater-famílias que, por exemplo, dá noivo às filhas, escolhendo-o segundo as conveniências da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem lhe determina a profissão, ou lhe destina uma função na economia da fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. Ele é quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza. Por esse tempo, os filhos têm pelos pais um respeito que raia pelo terror. Esse respeito é, em certas famílias, uma tradição tão vivaz, que é comum verem-se os próprios irmãos cadetes pedirem a bênção ao primogênito. Noutras, as esposas chamam ‘senhor’ aos maridos, e esses, ‘senhoras’ às esposas. O sentimento de respeito aos mais velhos e de obediência à sua autoridade, tão generalizado outrora no nosso meio rural, é também uma resultante dessa organização cesarista da antiga família fazendeira.” (VIANNA, 2005, p. 100).

reverberação de uma noção de patriarcalismo muito próxima da utilizada por Oliveira Vianna. Evidência disso são os usos desse conceito feitos por Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro em importantes obras ligadas à Ciência e à Teoria Política Brasileira, quais sejam, respectivamente, *Raízes do Brasil* (1936), *Coronelismo Enxada e Voto* (1948) e *Os Donos do Poder* (1958).

A exposição destas ideias inerentes à obra *Populações Meridionais do Brasil* é relevante para compreendermos o paradigma analítico e interpretativo cunhado por Oliveira Vianna sobre a realidade brasileira e sua formação. O que notamos nessas leituras do pensador fluminense é que elas convergem para o entendimento da problemática inerente a nossa vida pública; ou seja, é por motivos específicos (herança rural, espírito de clã e patriarcalismo) que possuímos uma extrema dificuldade de respeitar leis abstratas e atuar de modo impessoal em meio aos espaços públicos e a vida pública. Reside nessa questão, posteriormente abordada/retomada pelo intelectual niteroiense em seu pensamento, a necessidade de se edificar de maneira artificial em nosso país um Estado Forte, Centralizado, Interventor e de predisposições Corporativas que fosse regido por uma elite técnica altamente especializada e burocratizada.

CONCLUSÃO

As teorizações de Oliveira Vianna sobre a formação do Brasil corroboraram para a constituição de uma noção de identidade nacional conformada em certas singularidades. Não é de maneira vã que o autor recorrentemente emprega termos como “entre nós”, “o nosso homem do povo”, “nossas classes populares”, “nossas famílias” ou, mais incisivamente, “o povo brasileiro”. É nesse sentido que o intelectual niteroiense conforma uma concepção de identidade nacional e, principalmente, um diagnóstico sobre o Brasil e sua formação que reverbera em parte da literatura vinculada ao nosso Pensamento Político e, conseqüentemente, à Ciência e à Teoria Política Brasileira. Nesse sentido, notamos que Oliveira Vianna foi responsável pela construção de um núcleo conceitual, analítico e interpretativo acerca da sociedade brasileira e de sua formação como nação que posteriormente foi acessado, retomado e remontado em muitos estudos e trabalhos ligados à Ciência Política Brasileira, evidenciando assim, o quão potente e relevante foi essa interpretação do intelectual fluminense sobre o Brasil.

As posições de Oliveira Vianna sobre a formação do país e do povo brasileiro foram importantes tanto para o entendimento das peculiaridades da vida pública no Brasil quanto para a edificação de uma relevante corrente intelectual de Pensamento Político existente em nosso país, qual seja, a denominada de *Pensamento Político Autoritário Brasileiro*. Bolívar Lamounier (1978), Evaldo Vieira (1976), Boris Fausto (2001) e Wanderley Guilherme dos Santos (1975) são estudiosos vinculados à Ciência

Política Brasileira que teorizaram sobre esse movimento intelectual. Segundo estes pesquisadores, uma das características dos autores imersos em nosso *Pensamento Político Autoritário* vincula-se com a predisposição dos mesmos acerca da necessidade de diagnosticar o Brasil para prover soluções mais adequadas, viáveis e eficazes para ele. Em relação a esse diagnóstico, acreditamos que as idéias de Oliveira Vianna foram germinais. Não só porque elementos de sua interpretação sobre a formação de nossa sociedade reaparecem em muitos dos diagnósticos posteriores à publicação de *Populações Meridionais* (1920), mas também porque a métrica metodológica de conhecimento, de investigação e de análise do Brasil (recorrer ao passo para melhor compreender nossa condição atual – nossos déficits de modernização e os mecanismos para superá-los) foi fornecida por Oliveira Vianna de modo exponencial em nosso Pensamento Político Brasileiro⁵.

Ao revisitar algumas interpretações sobre a formação da sociedade brasileira em uma fase específica do pensamento vianniano tivemos a oportunidade de apreender as propriedades deste fecundo diagnóstico do autor que, por sua vez, se ligou a vários estudos de nosso Pensamento Político preocupados com as especificidades de nossa nação, povo e instituições. Nesse sentido, o fato de nossas análises estarem condicionadas a um momento e a um tema particular do pensamento de Oliveira Vianna pode fomentar no leitor um interesse comprometido com o conhecimento mais amplo da obra e das idéias do intelectual fluminense através de um mergulho profundo na sua rica produção intelectual.

Referências Bibliográficas

- FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: GLOBO, 2001.

⁵ Boris Fausto, por exemplo, ressalta que Oliveira Vianna, assim como outros representantes do Pensamento Autoritário no Brasil, compartilhavam de uma visão similar sobre o Brasil e sua formação e dividiam proposições parecidas para os problemas do país: “Identificavam o grande problema do país na obra apenas esboçada da construção nacional. No Brasil existia um povo, mas não uma nação e seu correlato: a identidade nacional” (FAUSTO, 2001, p. 45). O pesquisador ainda evidencia que o intelectual fluminense, também como Azevedo Amaral e Francisco Campos, não alegava de maneira vã a superioridade do regime autoritário. A implantação desse regime era defendida mediante aos problemas deixados pelo passado. Desta forma, “o regime autoritário era encarado como o caminho privilegiado para ‘criar’ a nação, com uma perspectiva mais culturalista a tradicional em Oliveira Viana e mais nitidamente modernizante em Azevedo Amaral, ficando Francisco Campos a meio caminho entre os dois” (FAUSTO, 2001, p. 45-46). Diferenças a parte, é relevante destacar que os nacionalistas autoritários tinham uma mesma perspectiva partilhada quanto à modernização do país: “de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não controladas. A instituição básica destinada a realizar a transformação, nas condições brasileiras, só poderia ser o Estado autoritário, centralizador, dotado de extensos poderes” (FAUSTO, 2001, p. 46).

- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes da Brasil**. 26ªEd. São Paulo: Companhia das Letras e Editora SCHWARCZ LTDA, 2006.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Volume 2 (Sociedade de Instituições). São Paulo: Difel, 1985, p. 343-374.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MUSEU CADA DE OLIVEIRA VIANNA. **Pequena Biografia de Oliveira Vianna**. Disponível em: <http://www.museusdoestado.rj.gov.br/cov/texto/Biografia%20de%20OV_extensa.pdf>. Acessada em 15 de Abril de 2014.
- SANTOS, Wanderley G. A Praxis Liberal no Brasil. In: **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 65-118.
- _____. Paradigma e História: a Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira. In: **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 15- 64.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 256-282.
- TÔRRES, Vasconcelos. **Oliveira Vianna – sua Vida e sua Posição nos Estudos Brasileiros de Sociologia**. 1ªed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1956.
- VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras (Primeiro e Segundo Volume)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>>. Acessado em: 20/09/2010.
- _____. **História Social da Economia Capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói, RJ: Eduff, 1987. (Volume I).
- _____. **Populações Meridionais do Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- _____. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>>. Acessado em: 20/09/2010.